



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2015.0000692519

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Apelação nº 0019752-98.2013.8.26.0002, da Comarca de São Paulo, em que é apelante/apelado COMPANHIA MUTUAL DE SEGUROS, são apelados/apelantes VIP - TRANSPORTES URBANO LTDA e JOSE CARLOS DOS SANTOS.

ACORDAM, em 36ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Negaram provimento ao recurso do autor e deram parcial provimento aos recursos das rés. V.U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmo. Desembargadores WALTER CESAR EXNER (Presidente) e ARANTES THEODORO.

São Paulo, 17 de setembro de 2015.

MILTON CARVALHO
RELATOR
Assinatura Eletrônica



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Voto nº. 12543.

Apelação cível nº 0019752-98.2013.8.26.0002.

Comarca: São Paulo.

Apelantes e reciprocamente apelados: Companhia Mutual de Seguros, VIP – Transportes Urbano Ltda. e José Carlos dos Santos.

Juiz prolator da sentença: Alexandre David Malfatti.

RESPONSABILIDADE CIVIL. ACIDENTE DE VEÍCULO. Ônibus que avançou sinal vermelho e interceptou motocicleta. Alegação de que o motorista do ônibus atendeu a ordem emitida por agente de trânsito não comprovada. Circunstância que, de todo modo, não afastaria o dever de atravessar o cruzamento com cautela, já que o semáforo dava preferência de passagem ao autor. Vítima não habilitado na categoria “A”. Irrelevância, pois a falta de habilitação não foi causa do acidente. Responsabilidade objetiva da ré que é concessionária de serviço público de transporte coletivo. Seguradora que pode ser condenada direta e solidariamente com a segurada ao pagamento de indenização em favor da vítima, nos limites da apólice (Súmula 537 do STJ). Acidente que provocou no autor lesões físicas graves e gerou para ele incapacidade para o trabalho. Não comprovado o exercício de atividade remunerada pela vítima, a pensão mensal deve ser arbitrada no valor equivalente a um salário mínimo. Impossibilidade de alteração do pedido após a estabilização da demanda e de condenação dos réus em quantia superior à pleiteada na inicial. Danos morais caracterizados. Indenização reduzida de R\$75.000,00 para R\$40.000,00, em atenção aos princípios da proporcionalidade e razoabilidade. Não contestada a denunciação da lide, incabível a condenação da seguradora ao pagamento de honorários advocatícios em favor da denunciante. Recurso do autor desprovido, providos em parte os dos réus.

Trata-se de pedido de indenização julgado procedente pela respeitável sentença de fls. 307/319, cujo relatório se adota, para o fim de condenar as rés, solidariamente, ao pagamento de pensão mensal no valor correspondente a um salário mínimo, pelo período de doze

meses contado a partir de 24/11/2011, corrigido monetariamente e acrescido de juros de mora de 1% ao mês a partir de cada vencimento, ao pagamento de indenização por danos morais na quantia de R\$75.000,00, corrigida monetariamente desde seu arbitramento (em 22/05/2014) e acrescida de juros de mora de 1% ao mês a contar do evento danoso (em 24/11/2011), além do pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, fixados em 10% do valor da condenação, bem como, de condenar a seguradora ao pagamento de honorários advocatícios em favor da ré/denunciante, arbitrados em R\$500,00.

Inconformadas, apelam as partes.

A litisdenunciada Companhia Mutual de Seguros, aduzindo que a indenização por danos morais foi fixada em valor exorbitante, sem observância ao disposto no artigo 944 do Código Civil; que não é solidariamente responsável pela reparação dos danos sofridos pelo autor; que foi indevida sua condenação ao pagamento de honorários advocatícios na lide secundária (fls. 321/335).

A ré VIP – Transportes Urbano Ltda., argumentando que o acidente decorreu de culpa exclusiva da vítima e não de culpa de seu preposto, conforme comprovado pela prova testemunhal; que sua responsabilidade não é objetiva, pois a vítima não era passageira do ônibus; que não ficou comprovado que, ao tempo do acidente, o autor exercia atividade remunerada, sendo indevida a indenização por danos materiais; que o autor não sofreu sequelas físicas em razão do acidente, não fazendo jus ao recebimento de indenização por danos morais; que o valor fixado para a reparação de danos morais é muito elevado e que os juros de mora somente devem incidir sobre a indenização a partir da data da sentença (fls. 341/359).

E o autor, sustentando que o pagamento de pensão mensal deve perdurar pelo período de vinte e quatro meses; que a indenização por danos morais deve ser majorada para R\$150.000,00; e que os honorários advocatícios devem ser aumentados para 20% sobre o valor da condenação (fls. 365/366).

Houve respostas (fls. 368/372, 375/380 e 382/390).

O autor formulou proposta de acordo (fls. 396) que, no entanto, não foi aceita pelas rés (fls. 405/406).

É o essencial a ser relatado.

Os apelos das rés devem ser parcialmente acolhidos.

O autor ajuizou a presente demanda alegando que, em 24/11/2011, envolveu-se em acidente de trânsito provocado por culpa do preposto da ré que, ao conduzir o ônibus Mercedes Benz/Induscar Mondeg A, placa DTB9831, desrespeitou sinal vermelho, e colidiu com a parte dianteira esquerda da sua motocicleta, em decorrência do que sofreu lesões de natureza gravíssima (fratura exposta no joelho e amputação parcial de pé) e foi obrigado a afastar-se de suas atividades profissionais. Requereu, assim, a condenação da ré ao pagamento de indenização por danos materiais no valor de R\$7.464,00 e por danos morais no importe de R\$74.640,00.

O artigo 44 do Código de Trânsito Brasileiro estabelece um dever de cuidado especial ao condutor que se aproxima de qualquer tipo de cruzamento, de forma que possa deter seu veículo com segurança para dar passagem a pedestre e a veículos que tenham o direito de

preferência (realces não originais).

A partir de referidas regras, entende-se que, na situação de colisão ocorrida em cruzamento, há uma presunção legal de culpa do motorista que deixa de observar o sinal vermelho do semáforo.

E em que pesem os argumentos declinados pela ré, a alegação de que seu preposto avançou o sinal vermelho em atenção à ordem emanada por agente da CET não encontra respaldo no conjunto probatório e não é suficiente a excluir sua responsabilidade pela reparação dos danos sofridos pelo autor.

A questão foi bem analisada pela respeitável sentença recorrida, prescindindo de acréscimos:

Primeiro, o fato não foi demonstrado pela ré, na instrução processual. Ora, cuidava-se de um ônus de prova que somente poderia ser atribuído a ela (ré), já que dizia respeito à dinâmica do acidente sustentada pelo motorista.

E segundo, mesmo que se pudesse cogitar da ocorrência de uma autorização do funcionário da CET, ela não excluía os deveres de atenção e cautela no trânsito exigidos do motorista do coletivo.

Ou

seja, a leitura de uma suposta autorização para prosseguir pela faixa reversível, mesmo diante do sinal vermelho, implicava na possibilidade dele avançar no cruzamento – o que exigia a não aproximação de outros veículos.

*Pode-se concluir, nesta linha de raciocínio que, mesmo se provado o "sinal positivo" do funcionário da CET (informado também no boletim de ocorrência, fls. 18), **caberia ao motorista do ônibus adotar todas as cautelas necessárias para a***

direção e prosseguimento no cruzamento pela via reversível e não simplesmente deixar de observar a aproximação de outros veículos, notadamente a motocicleta que se aproximava pelo lado do próprio motorista (fls. 309) (realces não originais).

Não é demais ressaltar, de todo modo, que diversamente do quanto sustentado pela ré, as declarações das testemunhas Balbino Santana Gomes e Edmilson Santana Gomes não são suficientes a comprovar que um agente de trânsito realmente ordenou que o ônibus prosseguisse na via enquanto o sinal estava vermelho para ele. Isso porque Balbino foi ouvido como informante, uma vez que era quem conduzia o ônibus no momento do acidente, enquanto Edmilson, embora estivesse dentro do ônibus (trabalhando como cobrador), não avistou a ordem do agente de trânsito e apenas “ouviu falar” que esta teria sido a causa da colisão (fls. 303/304 e mídia digital de fls. 306).

Nesse contexto, compreende-se que a preferência de passagem era do autor, que somente avançou no cruzamento depois de autorizado pelo o sinal verde do semáforo, a caracterizar a culpa do preposto da ré pela colisão dos veículos, já que, *Em cruzamento devidamente sinalizado por semáforo, aquele que avança sinal vermelho assume o risco, durante a travessia, de ter o veículo interceptado pelos automóveis que transitam na via transversal* (TJSP, **Apelação nº 0016875-77.2012.8.26.0405, 26ª Câmara de Direito Privado, Rel. Antonio Nascimento, j. 27/08/2015**).

E não prospera o argumento de que o acidente decorreu de culpa exclusiva da vítima, com base na alegação de que o autor não é habilitado para a categoria A, na medida em que referida



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

circunstância não influenciou para a ocorrência da colisão que, como visto, foi consequência de o preposto da ré ter avançado o sinal vermelho do semáforo sem certificar-se que não interceptaria o trajeto de outros veículos no cruzamento.

Com efeito, *A falta da habilitação gera consequências nas esferas penal e administrativa, mas não tem relevância aqui, pois a responsabilidade de reparar o dano deve pressupor a existência de efetiva demonstração da relação de causalidade e da culpa, e isto não decorre do fato de o condutor ser, ou não, habilitado (TJSP, Apelação nº 0050062-16.2010.8.26.0577, 33ª Câmara de Direito Privado, Rel. Maria Cláudia Bedotti, j. 11/05/2015).*

Nesse sentido:

*Acidente de trânsito. Ação de indenização. **Colisão em cruzamento.** Comprovação de que o condutor correquerido não observou a preferência da via na qual transitava o autor. O fato de o requerente não ser habilitado para condução de motocicletas não afasta a culpa dos requeridos, eis que a circunstância não interferiu na ocorrência do acidente. Recurso improvido. (TJSP, Apelação nº 0003010-72.2011.8.26.0129, 34ª Câmara de Direito Privado, Rel. Gomes Varjão, j. 16/03/2015) (realces não originais)*

Confira-se também: **Apelação nº 0002554-83.2009.8.26.0456, 26ª Câmara de Direito Privado, Rel. J. Paulo Camargo Magano, j. 25/06/2014; Apelação nº 0009096-64.2012.8.26.0084, 36ª Câmara de Direito Privado, Rel. Pedro Baccarat, j. 12/09/2013.**

Por conseguinte, não evidenciada no caso concreto a presença de causa excludente de responsabilidade, como culpa exclusiva da vítima, caso fortuito ou força maior, não pode ser afastada a responsabilidade da ré pela reparação dos danos suportados pelo autor em decorrência de ato praticado por preposto seu, uma vez que a hipótese é de responsabilidade objetiva, conforme dispõem os artigos 932, III, e 933 do Código Civil.

Especificamente no que concerne à responsabilidade de empresas concessionárias de serviço público de transporte coletivo, o Supremo Tribunal Federal já decidiu, pela sistemática do artigo 543-A do Código de Processo Civil (repercussão geral), que:

CONSTITUCIONAL. RESPONSABILIDADE DO ESTADO. ART. 37, § 6º, DA CONSTITUIÇÃO. PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PRIVADO PRESTADORAS DE SERVIÇO PÚBLICO. CONCESSIONÁRIO OU PERMISSIONÁRIO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE COLETIVO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA EM RELAÇÃO A TERCEIROS NÃO-USUÁRIOS DO SERVIÇO. RECURSO DESPROVIDO. I - A responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público é objetiva relativamente a terceiros usuários e não-usuários do serviço, segundo decorre do art. 37, § 6º, da Constituição Federal. II - A inequívoca presença do nexo de causalidade entre o ato administrativo e o dano causado ao terceiro não-usuário do serviço público, é condição suficiente para estabelecer a responsabilidade objetiva da pessoa jurídica de direito privado. III - Recurso extraordinário desprovido. (Supremo Tribunal Federal, RE 591.874/MS, Tribunal Pleno, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, j. 26/08/2009) (realces não originais)

A perícia médica concluiu que, em virtude do acidente descrito na petição inicial, o autor teve seu pé direito parcialmente amputado, apresenta anquilose de tornozelo direito com dor exuberante ao toque do coto de amputação, cicatriz cirúrgica e alterações na pele. O perito esclareceu que referidas sequelas são permanentes e geram incapacidade total para o exercício de atividades laborais, embora tenha ponderado que, futuramente, após a consolidação das lesões, poder-se-á considerar o exercício de atividade menos complexa (fls. 187/191).

Ademais, os documentos médico-hospitalares de fls. 21/30 corroboram as ponderações lançadas no laudo pericial, pois descrevem o procedimento cirúrgico a que o autor se submeteu e indicam que ele precisou ficar afastado de seu trabalho.

Estão presentes, portanto, todos os pressupostos que caracterizam a responsabilidade civil da ré pela reparação dos prejuízos suportados pelo autor, assim como a responsabilidade solidária da seguradora a quem a lide foi denunciada.

Isso porque, *Em ação de reparação de danos, a seguradora denunciada, se aceitar a denúncia ou contestar o pedido do autor, pode ser condenada, direta e solidariamente junto com o segurado, ao pagamento da indenização devida à vítima, nos limites contratados na apólice (Súmula 469 do Superior Tribunal de Justiça)* (realces não originais).

Diante disto, foi correta a condenação da ré e da seguradora ao pagamento de indenização por danos materiais na forma postulada na petição inicial (correspondente um salário mínimo mensal, por doze meses), ainda que o autor não tenha apresentado elementos concretos de que estava empregado no momento em que foi vítima da



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

colisão.

Com efeito, *A jurisprudência desta Corte Superior firmou o entendimento no sentido de que, **caso não haja comprovação do exercício de atividade remunerada pela vítima do acidente, a pensão dever ser arbitrada em valor em reais equivalente a 1 (um) salário mínimo** (STJ, AgRg no AREsp 660.293/RJ, 4ª Turma, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, j. 07/04/2015) (realces não originais).*

E em que pese o inconformismo manifestado pelo autor, não é possível majorar o valor da indenização por danos materiais reconhecido na sentença, uma vez que nesta foi integralmente acolhida a pretensão formulada na petição inicial. É que, por força do disposto nos artigos 128, 264, 294 e 460 do Código de Processo Civil, o autor não pode alterar o pedido depois da estabilização da demanda e a parte ré não pode ser condenada em importância superior àquela pleiteada na petição inicial.

Os danos morais, por sua vez, também ficaram devidamente caracterizados, pois, o autor experimentou lesões físicas graves e intenso abalo psicológico, seguramente agravado pela circunstância de ficar incapacitado para o desempenho de suas atividades laborais.

Não obstante a caracterização dos danos morais alegados pelo autor e da obrigação da ré e da seguradora quanto à sua reparação, porém, a indenização arbitrada pelo Juízo *a quo* deve ser reduzida.

A razoabilidade na fixação do *quantum* para a indenização do dano moral consiste na análise do nível econômico do



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

ofendido e do porte econômico do ofensor, sem que se deixe de observar as circunstâncias do fato lesivo.

A indenização deve ser estabelecida em importância que, dentro de um critério de prudência e razoabilidade, considere sua natureza punitiva e compensatória. A primeira, como uma sanção imposta ao ofensor, por meio da diminuição de seu patrimônio. A segunda, para que o ressarcimento traga uma satisfação que atenuie o dano havido.

Assim, não há que se falar em indenização inexpressiva, pífia, que gera a impunidade e o descaso nas relações civis, no que diz respeito ao causador do fato, nem em exorbitância que acarreta o enriquecimento sem causa, no que diz respeito ao ofendido.

Nesse sentido:

A indenização deve se mostrar equilibrada pelo equacionamento do evento danoso e da capacidade econômica de cada parte para não se mostrar insuficiente e, ao mesmo tempo, ser capaz de inibir atos tendentes a reincidências. Em verdade, o magistrado, ao estabelecer o “quantum” indenizatório, há de fazê-lo de tal modo que não seja ínfimo, a ponto de perder-se do desiderato de desestímulo da prática de ilícitos na órbita civil; como também, cuidar para que não seja demasiado exacerbado e configure odioso enriquecimento sem causa. (TJSP, Apelação cível nº 0475048-51.2010.8.26.0000, Rel. Adilson de Araújo, 31ª Câmara de Direito Privado, j. 15/02/2011)

Sopesando tais elementos, levando-se em conta, também, as circunstâncias do caso concreto e os precedentes desta Colenda Câmara oriundos do julgamento de casos análogos ao presente

(dentre os quais: **Apelação nº 0005545-02.2005.8.26.0576, 36ª Câmara de Direito Privado, Rel. Sá Moreira de Oliveira, j. 26/02/2015; Apelação nº 4001728-02.2013.8.26.0568, 36ª Câmara de Direito Privado, Rel. Pedro Baccarat, j. 18/09/2014**), o valor da indenização por dano moral deve ser fixado em **R\$40.000,00** (quarenta mil reais), quantia que se mostra razoável e suficiente para repreender a ré, ao mesmo tempo em que compensa o autor pelo sofrimento experimentado, sem, contudo, gerar para ele enriquecimento sem causa.

Referida importância deve ser corrigida monetariamente a partir da data da sentença recorrida e acrescida de juros de mora de 1% ao mês desde o evento danoso (Súmulas 362 e 54 do Superior Tribunal de Justiça).

No tocante aos honorários advocatícios, a seguradora não se opôs à denunciação da lide, assumindo, portanto, a condição de litisconsorte passivo com relação ao autor, uma vez que, na contestação ofertada não impugnou a existência do direito de regresso da ré denunciante perante ela. Diante disto, não é cabível a fixação de honorários advocatícios relativos à lide secundária (nesse sentido: **STJ, AgRg no AREsp 486.348/SC, 4ª Turma, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, j. 08/05/2014**).

De outro lado, porém, não comporta majoração o percentual fixado pelo Juízo *a quo* para o cálculo dos honorários advocatícios, tendo em vista que, a despeito do zeloso trabalho empreendido pelo patrono do autor, a causa não apresenta elevado grau de complexidade, de modo que o arbitramento da verba honorária em 10% do total da condenação atende às diretrizes do §3º do artigo 20 do Código de Processo Civil.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Por tais fundamentos, ***nega-se provimento*** ao recurso do autor e ***dá-se parcial provimento*** aos das rés, para o fim de reduzir a indenização por danos morais para a quantia de R\$40.000,00 (quarenta mil reais), que deverá ser corrigida monetariamente a partir da prolação da sentença e acrescida de juros de mora de 1% ao mês desde a data do acidente, bem como de excluir a condenação imposta à seguradora quanto ao pagamento de honorários advocatícios em favor da ré denunciante, com relação à lide secundária, mantendo-se, no mais a respeitável decisão recorrida.

MILTON PAULO DE CARVALHO FILHO
relator